

Por Alexandre Sammogini



Está disponível para consulta a nova edição de setembro-outubro (nº 430) da Revista da Previdência Complementar que traz como destaque um caderno especial sobre os investimentos ASG – ambientais, sociais e de governança. A revista é acessada gratuitamente no formato flipbook ([clique aqui](#)).

Matérias sobre investimentos, comunicação e transparência (Resolução CNPC nº 32), planos família, entre outros temas do cenário atual do setor fazem da nova edição leitura indispensável para os profissionais, dirigentes e membros de conselhos que atuam na Previdência Complementar. Confira a seguir o editorial da edição:

“Em agosto, os fundos de pensão sustentaram o bom desempenho, com resultados que se assemelham aos registrados no período pré-pandemia. Assim, todo o prejuízo da maior crise sanitária da história já foi praticamente recuperado, com os ativos das EFPCs somando agora R\$ 981 bilhões ou 13,6% do PIB. Essas são algumas das informações que constam no Consolidado Estatístico desta edição.

Apesar da evolução positiva, incluindo a redução do déficit líquido consolidado de R\$ 58 bilhões, em março, para R\$ 13,2 bilhões em agosto, as entidades se movimentam pensando no longo prazo, preceito fundamental de seu negócio. Com as taxas de juros em patamares baixíssimos, é preciso rever as regras de solvência em vigor, de forma a permitir maior tomada de risco, por exemplo. O assunto é tratado nas próximas páginas.

Há vários anos se fala sobre os chamados investimentos responsáveis, sustentáveis ou de impacto, também conhecidos por ASG ou ESG (environmental, social, governance, na sigla em inglês). Seja qual for a nomenclatura para a incorporação de fatores ambientais, sociais ou de governança ao portfólio, o fato é que tais investimentos ganharam um impulso gigantesco com a pandemia, devendo conquistar muito espaço daqui para frente. Há quem aposte inclusive numa transformação definitiva dos mercados.

De caráter louvável e cada vez mais urgente e necessário, esses investimentos ainda suscitam muitas dúvidas sobre como quantificar riscos e retornos. Também há problemas com a padronização das informações trocadas entre gestores e empresas, além da ocorrência do chamado greenwashing, que seria, grosso modo, a atribuição do “selo” sustentável a ativos para fins puramente comerciais.

Como as novidades desse universo promissor e em fase relativamente precoce de exploração não param de chegar, elaboramos um caderno especial sobre os principais desdobramentos recentes no Brasil e no mundo, dúvidas e cuidados, sob o ponto de vista de reguladores, dirigentes de EFPCs, casas gestoras e as novas gerações, que colocam a sustentabilidade e a responsabilidade social no topo da sua agenda.

Ainda do lado dos investimentos, procuramos saber o que tem sido feito na frente imobiliária, assunto polêmico que vem provocando mudanças nas carteiras e, ainda, os debates no âmbito do IMK (Iniciativa do Mercado de Capitais), do qual a Abrapp participa, e cuja pauta carrega temas importantes para o sistema, como a proposta de aprimoramento do mercado secundário de títulos privados.

Destacamos ainda matérias sobre a adaptação das entidades ao prazo e exigências para a implementação da Resolução nº 32, que impõe requisitos de comunicação e prestação de contas mais rígidos, e os esforços para viabilizar um mercado de anuidades no Brasil”.

Fonte: Abrapp em Foco, em 14.10.2020